

A Antropologia Redescobre a Sexualidade: Um Comentário Teórico*

CAROLE S. VANCE **

“No começo era o sexo e o sexo estará no fim [...]. Sustento — e esta é a minha tese — que o sexo como característica do homem e da sociedade sempre foi central e assim vai continuar a ser [...].”
Alexander Goldenweiser (1929)

Esta frase inicial do ensaio de Alexander Goldenweiser, “Sexo e Sociedade Primitiva”,¹ sugere que a sexualidade tem sido um foco importante para a investigação antropológica. Na verdade, essa é a reputação que os antropólogos conferiram a si mesmos: investigadores destemidos dos costumes e práticas sexuais em todo o mundo, rompendo os tabus intelectuais erotofóbicos comuns em outras disciplinas mais tímidas.

Na realidade, a relação da Antropologia com o estudo da sexualidade é mais complexa e contraditória. Como uma área de conhecimento, a Antropologia

* Gostaria de agradecer Frances M. Doughty pelas conversas proveitosas, sugestões editoriais inestimáveis e estímulo generoso. Sou grata a Shirley Lindenbaum pelos seus comentários, paciência e entusiasmo. Meus agradecimentos também a Lis Duggan, Gayle Rubin, David Schwartz, Gilbert Zicklin, Jonathan Katz, Janice Irvine, Ann Snitow, Nan Hunter, Jennifer Terry, Jacqueline Urla, Libbett Crandon, William Hawkeswood, Jeanne Bergman, Faye Ginsburg e aos revisores anônimos de *Social Science and Medicine* pelos seus comentários. Agradeço a Pamela Brown-Peterside pela assistência na pesquisa. Este artigo foi inicialmente apresentado na mesa-redonda “A Antropologia Redescobre o Sexo”, na reunião anual da American Anthropological Association em 1988. Agradeço a coordenadora do encontro, Shirley Lindenbaum, e aos participantes do mesmo pelo diálogo estimulante. Os comentários feitos pelos membros do Colóquio de Antropologia Médica na Universidade de Columbia também me foram bastante úteis. A responsabilidade pelas opiniões expressas neste artigo é inteiramente minha.

** Professora do Departamento de Ciências Sociomédicas, Escola de Saúde Pública da Universidade de Colúmbia, 600 West 168 Street, New York, NY 10032, U.S.A.

1. A. Goldenweiser, “Sex and Primitive Society”, in V. I. Calverton e S. D. Schmlhausen, eds., *Sex in Civilization*, Nova Iorque, Macaulay Company, 1929, p. 53.

tem sido muito pouco corajosa ou até mesmo adequada em sua investigação da sexualidade.² Ao contrário, a disciplina muitas vezes parece partilhar a visão cultural predominante de que a sexualidade não é uma área inteiramente legítima de estudo, lançando dúvidas não só sobre a própria pesquisa, mas também sobre os motivos e o caráter do pesquisador. Nisto, não temos sido piores, mas também não temos sido melhores do que outras disciplinas das Ciências Sociais.

Manifestações dessa atitude são abundantes na pós-graduação e na estrutura de remuneração da profissão. Poucos departamentos de pós-graduação oferecem treinamento no estudo da sexualidade humana. Em consequência, não existem canais estruturados para transmitir o conhecimento antropológico sobre a sexualidade para a próxima geração de estudantes. A ausência de uma comunidade acadêmica comprometida com as questões da sexualidade impede, na verdade, progressos nesta área; aqueles que se interessam pelo assunto percebem que têm de redescobrir sozinhos o trabalho de gerações passadas. A maioria dos orientadores tenta ativamente dissuadir seus alunos de realizarem trabalhos de campo ou dissertações sobre a sexualidade por receio que o assunto venha a colocar suas carreiras em risco. Na melhor das hipóteses, os estudantes são aconselhados a completar o doutorado, a construir reputações e credenciais e até a conseguirem estabilidade em seu cargo acadêmico, para então se envolverem com o estudo da sexualidade. Em lugar do esforço coletivo necessário para corrigir uma séria limitação estrutural na Antropologia, esse conselho transmite a mensagem clara de que a sexualidade é uma área intelectual tão perigosa que pode arruinar as carreiras de estudantes de pós-graduação e acadêmicos que são, sob outros aspectos, competentes.

Sequer existe um plano de carreira depois da pós-graduação para os antropólogos profissionais que se interessam pela sexualidade. Sem atingir jamais o *status* de uma especialização apropriada, a sexualidade continua a ser marginal. Os recursos são escassos, pois os órgãos financiadores continuam a temer o potencial de controvérsia pública que o assunto suscita. Os colegas frequentemente permanecem desconfiados e hipercríticos, pois o desconforto com o próprio tema da sexualidade é vazado em termos de adequação ou legitimidade acadêmica.³ É muito raro que os projetos de campo focalizem plena e direta-

2. L. Fisher, "Relationships and Sexuality in Contexts and Culture". in B. B. Wolman e J. Money, eds., *Handbook of Sexuality*, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1980, p. 164; e D. L. Davis e R. G. Whitten, "The Cross-Cultural Study of Human Sexuality", *Ann. Rev. Anthropol.*, vol. 16, pp. 69-98, 1987.

3. A julgar pela minha experiência pessoal, a resistência pode ter efeitos paradoxais. Em 1977, a solicitação de uma subvenção para completar uma bibliografia comentada antropológica conven-

mente a sexualidade, se é que o fazem; além disso, os pesquisadores coletam dados que podem, muitas vezes, não ser publicados por medo de prejudicar a reputação profissional dos estudiosos. Alguns antropólogos se retiram para a sexologia, talvez mais hospitaleira, mas ela própria também é seriamente limitada como um gueto intelectual de refugiados disciplinares.⁴

À luz desses desencorajamentos, talvez não seja surpreendente que o recente desenvolvimento de um discurso mais cultural e não essencialista sobre a sexualidade não tenha surgido do centro da Antropologia, mas de sua periferia, de outras disciplinas (especialmente da História) e do pensamento teórico de grupos marginais. O aparecimento de trabalhos interessantes e desafiadores durante os últimos 15 anos, no que veio a ser chamada de teoria da construção social, ainda não se fez sentir plenamente na Antropologia.

A história intelectual da teoria da construção social é complexa, e os momentos apresentados neste artigo servem como ilustração, não sendo uma revisão abrangente.⁵ A teoria da construção social recorreu a várias correntes na Sociologia: interacionismo social, teoria dos rótulos e noção de teoria do desvio;⁶ história social, estudos do trabalho, história das mulheres e história marxista;⁷ e na antropologia simbólica, análises transculturais sobre a sexuali-

cional das influências bioculturais sobre a sexualidade me foi negada sob o pretexto de que a investigadora "era jovem demais para realizar pesquisa sobre este tópico" e, sendo incapaz de ler japonês, "não podia ler a nova e importante literatura sobre os macacos japoneses no original". Longe de me desencorajarem, esses comentários aumentaram ainda mais o meu interesse, pois as reações voláteis dos antropólogos pareciam merecer, pelo menos, atenção igual à dispensada ao material transcultural.

4. C. S. Vance, "Gender Systems, Ideology and Sex Research", in A. Snitow et alii, eds., *Powers of Desire*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1983, p. 271; e J. Irvine, *Disorders of Desire*, Filadélfia, Temple University Press, 1990.
5. Para textos básicos, ver J. Katz, *Gay American History*, Nova Iorque, Crowell, 1976; J. Weeks, *Coming Out: Homosexual Politics in Britain from the 19th Century to the Present*, Londres, Quartet Books, 1977; R. A. Padgug, "Sexual Matters: On Conceptualizing Sexuality in History", *Radical History Review*, vol. 20, pp. 3-23, 1979; J. Weeks, *Sex, Politics and Society: The Regulation of Sexuality since 1800*, Nova Iorque, Longman, 1981; A. Snitow et alii, eds., *Powers of Desire...*, op.cit.; J. Katz, *Gay Lesbian Almanac*, Nova Iorque, Harper and Row, 1983; C. S. Vance, ed., *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, Nova Iorque, Routledge & Kegan Paul, 1984; J. Weeks, *Sexuality*, Londres, Tavistock, 1986; C. Peiss e C. Simmons, eds., *Passion and Power: Sexuality in History*, Filadélfia, Temple University Press, 1989; J. D'Emilio e E. B. Freedman, *Intimate Matters: A Social History of Sexuality in America*, Nova Iorque, Harper and Row, 1988; D. Aitman et alii, eds., *Homosexuality. Which Homosexuality?*, Amsterdã, An Dekker/Schorer, 1989; M. B. Duberman et alii, eds., *Hidden from History: Reclaiming the Gay and Lesbian Past*, Nova Iorque, New American Library, 1989.
6. J. H. Gagnon e W. Simon, *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*, Chicago, Aldine, 1973; K. Plummer, "Symbolic Interactionism and Sexual Conduct: An Emergent Perspective", in M. Brake, ed., *Human Sexual Relations*, Nova Iorque, Pantheon, 1982.
7. L. Duggan, "From Instincts to Politics: Writing the History of Sexuality in the U.S.", *Journal of Sexual Research*, vol. 27, p. 95, 1990.

dade e estudos do gênero, para mencionar apenas as correntes mais significativas. Além disso, teóricos de muitas disciplinas reagiram aos novos temas levantados pelos estudiosos das questões feministas, *gays* e lésbicas a respeito do gênero e da identidade.

Sexualidade e gênero

As feministas acadêmicas e ativistas implementaram o projeto de repensar o gênero, o que teve um impacto revolucionário sobre as noções do que é natural. Os esforços feministas se concentraram em uma revisão crítica das teorias que usavam a reprodução para ligar o gênero com a sexualidade, explicando dessa forma a inevitabilidade e a naturalidade da subordinação das mulheres.⁸

O reexame teórico levou a uma crítica geral do determinismo biológico, em particular do conhecimento baseado na biologia das diferenças sexuais.⁹ A evidência histórica e do cruzamento de várias culturas minou a noção de que os papéis das mulheres, que variavam tão amplamente, pudessem ser determinados por uma sexualidade e reprodução humana aparentemente tão uniformes. À luz da diversidade dos papéis de gênero na sociedade, parecia improvável que estes fossem inevitáveis ou causados pela sexualidade. A facilidade com que essas teorias tinham sido aceitas sugeria que a ciência era regida e mediada por poderosas crenças sobre o gênero, e que ela dava, por sua vez, apoio ideológico às relações sociais correntes. Além disso, essa maior sensibilidade aos aspectos ideológicos da ciência acarretou uma investigação de grande alcance sobre a conexão histórica entre a dominação masculina, a ideologia científica, e o desenvolvimento da ciência e da biomedicina ocidentais.¹⁰

A prática feminista do ativismo militante também fomentou análises que

-
8. Para a Antropologia, ver R. Reiter, ed., *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1975; M. Z. Rosaldo e L. Lamphere, eds., *Women, Culture and Society*, Stanford, Stanford University Press, 1974; L. Lamphere, "Anthropology: A Review Essay", *Signs*, vol. 2, p. 612, 1977; R. Rapp, "Anthropology: A Review Essay", *Signs*, vol. 4, p. 497, 1979; J. M. Atkinson, "Anthropology: A Review Essay", *Signs*, vol. 8, p. 236, 1982; H. L. Moore, *Feminism and Anthropology*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1988.
 9. R. Bleier, *Science and Gender: A Critique of Biology and its Theories on Women*, Nova Iorque, Pergamon Press, 1984; A. Fausto-Sterling, *Myths of Gender: Biological Theories about Women and Men*, Nova Iorque, Basic Books, 1985; J. Sayers, *Biological Politics: Feminist and Anti-Feminist Perspectives*, Nova Iorque, Tavistock Publication, 1982; M. Lowe e R. Hubbard, *Women's Nature: Rationalizations of Inequality*, Nova Iorque, Pergamon Press, 1983; R. Hubbard, et alii, eds., *Biological Woman: The Convenient Myth*, Cambridge, Schenkman, 1982; E. Tobach e B. Rosoff, eds., *Genes and Gender*, Nova Iorque, Gordian Press, vols. 1-4, 1978.
 10. S. Harding, *The Science Question in Feminism*, Ithaca, Cornell University Press, 1986; L. Schiebinger, *The Mind Has No Sex: Women in the Origin of Modern Science*, Cambridge, Harvard

separavam a sexualidade e o gênero. As lutas populares para promover o acesso das mulheres ao aborto e ao controle da natalidade representavam uma tentativa de separar a sexualidade da reprodução e do papel das mulheres enquanto esposas e mães. As discussões em grupos de conscientização deixavam claro que o que parecia ser um corpo naturalmente marcado pelo gênero era, na verdade, um produto mediado socialmente em alto grau: a femilidade e os atrativos sexuais eram alcançados por uma persistente socialização com respeito aos padrões de beleza, maquiagem e linguagem corporal. Finalmente, as discussões entre gerações diferentes de mulheres explicitavam a variabilidade de uma sexualidade pretensamente natural, que em nosso próprio século passara do dever conjugal ao orgasmo múltiplo, do erotismo vaginal ao clitoridiano, e da ausência de paixão vitoriana a um entusiasmo adequadamente feminino. A sexualidade e o gênero andavam juntos, ao que parecia, mas de uma forma que estava sujeita a mudanças.

Em 1975, o influente ensaio da antropóloga Gayle Rubin, “The Traffic in Women”, apresentou uma argumentação imperiosa contra as explicações essencialistas de que a sexualidade e a reprodução causavam a diferença de gênero de maneira simples e inevitável.¹¹ Em lugar disso, ela investigava a forma de “um aparato social sistemático que toma as fêmeas como matérias-primas e molda mulheres domesticadas como produtos”.¹² Ela propunha o termo “sistema sexo/gênero” para descrever “o conjunto de medidas mediante o qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.¹³

Em 1984, Rubin sugeriu ainda outra desconstrução do sistema sexo/gênero, dividindo-o em dois domínios, em que a sexualidade e o gênero eram reconhecidos como sistemas distintos.¹⁴ A maioria das análises feministas anteriores

University Press, 1989; B. Ehrenreich e D. English, *For her Own Good: 150 Years of Experts' Advice to Women*, Nova Iorque, Doubleday, 1979; G. J. Barker-Benfield, *The Horrors of the Half-Known Life*, Nova Iorque, Harper and Row, 1976; D. Haraway, *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Science*, Nova Iorque, Routledge, 1989; L. J. Jordanova, *Sexual Visions: Images of Gender in Science and Medicine between the Eighteenth and Twentieth Centuries*, Madison, University of Wisconsin Press, 1989; E. F. Keller, *Reflections on Gender and Science*, New Haven, Yale University Press, 1984; S. Harding e M. Hintikka, eds., *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology and Philosophy of Science*, Dordrecht, Reidel, 1983.

11. G. Rubin, “The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”, in R. Reiter, ed. *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1975, p. 157.

12. *Idem*, p. 158.

13. *Idem*, p. 159.

14. G. Rubin, “Thinking Sex”, in C. S. Vance, ed., *Pleasure and Danger...*, *op. cit.*, p. 267.

considerava a sexualidade uma categoria totalmente secundária cuja organização era determinada pela estrutura da desigualdade de gênero. Segundo a formulação de Rubin, a sexualidade e o gênero eram fenômenos analiticamente distintos que requeriam estruturas explicativas próprias, mesmo que fossem inter-relacionados em circunstâncias históricas específicas. As teorias da sexualidade não podiam explicar o gênero, e levando a argumentação para um novo patamar, as teorias do gênero não podiam explicar a sexualidade.

Esta perspectiva sugeriu uma nova estrutura: a sexualidade e o gênero são sistemas distintos entrelaçados em muitos pontos. Embora os membros de uma cultura vivenciem esse entrelaçamento como natural, sem costuras e orgânico, os pontos de conexão variam historicamente e nas diversas culturas. Para os pesquisadores da sexualidade, a tarefa não consiste apenas em estudar as mudanças na expressão do comportamento e atitudes sexuais, mas em examinar a relação dessas mudanças com alterações de base mais profundas no modo como o gênero e a sexualidade se organizam e inter-relacionam no âmbito de relações sociais mais amplas.

Sexualidade e identidade

Um segundo estímulo para o desenvolvimento da teoria da construção social surgiu de questões que emergiram do exame da homossexualidade masculina na Europa e na América do século XIX.¹⁵ É interessante observar que uma porção significativa dessas primeiras pesquisas foi realizada por estudiosos independentes, por não-acadêmicos e por academias alternativas, que em geral trabalhavam sem financiamento ou apoio universitário, pois nessa época a história da sexualidade (particularmente a de grupos marginais) não era um tópico considerado legítimo. Na medida em que esse campo de pesquisa atingiu o mínimo necessário para sua aceitação acadêmica, tornou-se comum que pesquisadores formalmente vinculados à academia fizessem uma leitura desse processo de produção de conhecimento a partir de Foucault e de *The History of Sexuality*.¹⁶ Sem negar sua contribuição, esta genealogia singular obscurece uma origem importante da teoria da construção social, e inadvertidamente dá à

15. J. Katz, *Gay American History...*, *op. cit.*; J. Weeks, *Coming Out...*, *op. cit.*; J. Weeks, *Sex, Politics and...*, *op. cit.*; J. Katz, *Gay Lesbian Almanac...*, *op. cit.*

16. M. Foucault, *The History of Sexuality*, Nova Iorque, Pantheon, 1978.

universidade e a disciplinas acadêmicas o crédito de um desenvolvimento que elas nunca apoiaram.

A primeira tentativa de enfrentar as questões de identidade sexual de um modo agora conhecido como construção social aparece no ensaio de Mary McIntosh, de 1968, sobre o papel homossexual na Inglaterra.¹⁷ Apesar de se constituir em um marco de referência e oferecer muitas intuições sugestivas sobre a construção histórica da sexualidade na Inglaterra, suas contribuições não obtiveram reconhecimento algum até a metade dos anos 70, quando foram retomadas por escritores envolvidos com as questões do feminismo da liberação *gay*. É nessa época que uma abordagem reconhecidamente construtivista aparece pela primeira vez.

Os primeiros estudiosos da história *gay* e lésbica tentaram recuperar e reviver documentos, narrativas e biografias que haviam se perdido ou tornado invisíveis devido à negligência histórica e às tentativas de suprimir esse material empreendidas pelos arquivistas e historiadores. Esses documentos e a vida neles representada foram primeiro concebidos como “lésbicos” ou “*gays*”, e o empreendimento como uma busca de raízes históricas. Os mesmos pesquisadores que iniciaram tal tarefa a partir de categorias sexuais fixas, passaram então a considerar outras formas de focar o seu material e a formular perguntas mais amplas.

Jeffrey Weeks, historiador inglês que se dedica ao estudo da sexualidade, foi o primeiro a articular essa transição teórica.¹⁸ Recorrendo ao conceito de McIntosh a respeito do papel homossexual, ele traçou a distinção entre comportamento homossexual, que ele considerava universal, e identidade homossexual, que ele via como um desenvolvimento histórica e culturalmente específico e, na Grã-Bretanha, relativamente recente. Sua rica e provocadora análise da mudança de atitudes e identidades também contextualizava a sexualidade, examinando sua relação com a reorganização da família, do gênero e do lar na Grã-Bretanha do século XIX.

Os trabalhos de Jonathan Katz também se desenvolvem nessa mesma linha. Seu primeiro livro, *Gay American History*, está inserido na tradição da busca de antepassados *gays*.¹⁹ Ao realizar a pesquisa para o seu segundo livro, no entanto, ele começou a considerar que os atos de sodomia registrados nos documentos coloniais americanos do século XVII talvez não fossem equiva-

17. M. McIntosh, “The Homosexual Role”, *Social Problems*, vol. 16, pp. 182-92, 1968.

18. J. Weeks, *Coming Out...*, *op. cit.*

19. J. Katz, *Gay American History...*, *op. cit.*

lentes à homossexualidade contemporânea.²⁰ A sociedade colonial não parecia conceber um tipo único de pessoa — o homossexual — que praticava esses atos, nem havia evidência alguma de uma subcultura homossexual ou de indivíduos cujo senso subjetivo de identidade fosse organizado em torno do que compreendemos como preferência ou identidade sexual. *Gay Lesbian Almanac* marca um afastamento acentuado do primeiro livro, na medida em que registros ou relatos que documentam relações sexuais ou emocionais entre pessoas do mesmo sexo não são tomados como provas de identidade “gay” ou “lésbica”, mas são tratados como pontos de partida para uma série de questões sobre os significados desses atos para as pessoas que os praticavam e para a cultura e a época em que viviam.

Esse desenvolvimento teórico também é evidente nos primeiros trabalhos sobre a formação da identidade lésbica,²¹ assim como naqueles que consideram a questão do comportamento e da identidade sexuais em culturas não-ocidentais, como, por exemplo, o de Gilbert Herdt, na Nova-Guiné.²² A partir desse volumoso corpo de trabalhos²³ surgiram questionamentos muito interessantes: as categorias “homossexual” e “lésbica” sempre existiram? E se não existiram, quais seriam os seus pontos de origem e suas condições para o desenvolvimento? Se atos físicos idênticos tinham significados subjetivos diferentes, como era construído o significado sexual? Se subculturas sexuais passam a existir, o que causa a sua formação? Embora estas perguntas fossem inicialmente formuladas em termos de identidade e história homossexual, é claro que são igualmente

20. J. Katz, *Gay Lesbian Almanac...*, *op. cit.*

21. N. Sahli, “Smashing: Women’s Relationships before the Fall”, *Chrysalis*, vol. 8, 1979; L. Rupp, “‘Imagine My Surprise’: Women’s Relationships in Mid-Twentieth Century America”, *Frontiers*, n° 5, 1980; L. Faderman, *Surpassing the Love of Men*, Nova Iorque, Willian Morrow, 1981; G. Rubin, “Introdução”, in R. Vivien, *A Woman Appeared to Me*, Weatherby Lake, Missouri, Naiad Press, 1979.

22. G. Herdt, *Guardians of the Flutes*, Nova Iorque, McGraw Hill, 1981; G. Herdt, “Semen Transaction in Sambia Culture”, in G. Herdt, ed., *Ritualized Homosexuality in Melanesia*, Berkeley, University of California Press, 1984; G. Herdt, *The Sambia: Ritual and Gender in New Guinea*, Nova Iorque, Holt, Rinehardt, Winston, 1987.

23. M. B. Duberman *et alii*, eds., *Hidden from History...*, *op. cit.*; K. Plummer, ed., *The Making of the Modern Homosexual*, Londres, Hutchinson, 1981; J. D’Emilio, *Sexual Politics, Sexual Communities*, Chicago, University of Chicago Press, 1983; A. Bray, *Homosexuality in Renaissance England*, Londres, Gay Men’s Press, 1982; E. Newton, “The Mythic Mannish Lesbian. Radclyffe Hall and the New Woman”, *Signs*, vol. 9, pp. 567-75, 1984; M. Davis e E. Kennedy, “Oral History and the Study of Sexuality in the Lesbian Community: Buffalo, New York, 1940-1960”, *Feminist Studies*, vol. 12, pp. 7-26, 1986; M. Vicinus, “‘They Wonder to which Sex I Belong’: The Historical Roots of the Modern Lesbian Identity”, in D. Altman *et alii*, eds., *Homosexuality. Which Homosexuality?...*, *op. cit.*, p.171; K. Gerard e G. Hekma, eds., “The Pursuit of Sodomy: Male Homosexuality in Renaissance and Enlightenment Europe”, *Journal of Homosexuality*, n° 16 (número especial), 1988.

aplicáveis à identidade e história heterossexual, implicações que são agora exploradas.²⁴

A sexualidade como uma área disputada

Os trabalhos que têm sido realizados sobre a história da construção da sexualidade na sociedade moderna mostram que a sexualidade é uma área simbólica e política ativamente disputada, em que grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais. O crescimento do interesse estatal em regular a sexualidade (e o correspondente declínio do controle religioso) transformou, nos séculos XIX e XX, as áreas legislativa e de políticas públicas em campos particularmente atraentes para as lutas políticas e teóricas em torno da sexualidade. Movimentos de massa se mobilizaram ante as doenças venéreas, a prostituição, a masturbação, a pureza social e o duplo padrão, empregando métodos de organização de militância política, *lobbying* legislativo, manifestações de massa e intervenções culturais que utilizam símbolos, retórica e representações complexos.²⁵ Como a intervenção estatal tem sido cada vez mais formulada em uma linguagem da saúde, os médicos e os cientistas tornaram-se atores importantes nos discursos reguladores que vêm sendo desenvolvidos. Além disso, participaram ativamente na elaboração desses discursos como uma maneira de legitimar novas especialidades nesse campo de atuação.

Embora grupos socialmente poderosos tenham exercido poder mais discursivo, eles não foram os únicos participantes nas lutas sexuais. Minorias reformistas, progressistas, sufragistas e radicais do sexo também apresentaram

24. C. Peiss, "'Charity Girls' and City Pleasures: Historical Notes on Working Class Sexuality", in A. Snitow et alii, eds., *Powers of Desire...*, op. cit., p. 131; C. Peiss, *Cheap Amusements: Working Women and Leisure in Turn-of-the-Century New York*, Filadélfia, Temple University Press, 1986; C. Stansell, *City of Women: Sex and Class in New York, 1789-1860*, Nova Iorque, 1986; E. K. Trimberger, "Feminism, Men and Modern Love: Greenwich Village, 1900-1925", in A. Snitow et alii, eds., *Powers of Desire...*, op. cit., p. 131; J. Katz, "The Invention of Heterosexuality", *Socialist Review*, vol. 20, pp. 7-34, 1990.

25. J. Weeks, *Sex, Politics...*, op. cit.; C. Peiss e C. Simmons, eds., *Passion and Power...*, op. cit.; J. R. Walkowitz, *Prostitution and Victorian Society: Women, Class, and the State*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980; E. J. Bristow, *Vice and Vigilance: Purity Movements in Britain since 1700*, Nova Jersey, Rowman and Littlefield, 1977; D. Pivar, *Purity Crusade: Sexual Morality and Social Control, 1868-1900*, Connecticut, Greenwood Press, 1972; A. M. Brandt, *No Magic Bullet: A Social History of Venereal Disease in the United States since 1880*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1985; W. Kendrick, *The Secret Museum*, Nova Iorque, Viking, 1987; L. Gordon, *Woman's Body, Woman's Right: A Social History of Birth Control in America*, Nova Iorque, Penguin, 1974.

programas de mudança e introduziram novas maneiras de pensar e organizar a sexualidade. As subculturas sexuais que tinham crescido em áreas urbanas foram um campo especialmente fértil para esses experimentos. A abordagem construtivista mostra que essa tentativa de criar espaços públicos parcialmente protegidos de elaboração e expressão de novas formas, comportamentos e sensibilidades sexuais, também faz parte de uma luta política mais abrangente para definir a sexualidade. As subculturas não só dão origem a novas maneiras de organizar o comportamento e a identidade, como também a novas formas de oposição e participação simbólicas em relação à ordem dominante, algumas das quais chegam a ter um profundo impacto fora dos pequenos grupos em que são propostas pioneiramente. Nesse sentido, o enfoque construtivista tem sido valioso ao explorar a ação e criatividade humanas em relação à sexualidade, afastando-se dos modelos unidirecionais da mudança social para descrever relacionamentos complexos e dinâmicos entre o Estado, os especialistas profissionais e as subculturas sexuais. Essa tentativa de historicizar a sexualidade tem produzido trabalhos inovadores para os quais têm contribuído os historiadores, os antropólogos, os sociólogos e outros, num diálogo interdisciplinar pouco comum.

O desenvolvimento de modelos de construção social, 1975-1990

A crescente popularidade do termo “construção social” obscurece o fato de que os construtivistas têm empregado este termo de diversas maneiras. É verdade que todos rejeitam as definições de sexualidade extensivas a toda a história e a todas as culturas, sugerindo, ao contrário, que a sexualidade é mediada por fatores históricos e culturais. Mas uma leitura cuidadosa dos textos construtivistas mostra que seus atores têm opiniões distintas sobre o que poderia ser construído, incluindo de forma variada atos sexuais, identidades sexuais, comunidades sexuais, a direção do interesse erótico (escolha do objeto) e o próprio desejo sexual. Apesar dessas diferenças, todos partilham a necessidade de problematizar os termos e o campo de estudos — no mínimo, todas as abordagens adotam a visão de que atos sexuais fisicamente idênticos podem ter importância social e significado subjetivo variáveis, dependendo de como são definidos e compreendidos em diferentes culturas e períodos históricos. Assim como um ato sexual não traz em si um significado social universal, a relação entre atos sexuais e significados sexuais também não é fixa, o que torna sua transposição a partir da época e do local do observador um grande risco. Na

verdade, as culturas geram categorias, esquemas e rótulos muito diferentes para estruturar as experiências sexuais e afetivas. Essas construções não só influenciam a subjetividade e o comportamento individual, mas também organizam e dão significado à experiência sexual coletiva através, por exemplo, do impacto das identidades, definições, ideologias e regulações sexuais. A relação entre atos sexuais e identidades nas comunidades sexuais organizadas é igualmente variável e complexa. Assim, as distinções entre os atos, as identidades e as comunidades sexuais são amplamente empregadas pelos construtivistas.

Uma outra abordagem da teoria da construção social postula que até a direção do próprio interesse erótico — por exemplo, a escolha do objeto sexual (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, como a sexologia contemporânea a conceitualizaria) — não é intrínseca ou inerente ao indivíduo, sendo construída a partir de possibilidades mais polimorfas. Nem todos os construtivistas dão esse passo; e aqueles que não o fazem talvez pensem no desejo e no interesse erótico como algo fixo, embora a forma comportamental assumida por esse interesse vá ser construída pelas estruturas culturais predominantes, assim como a experiência subjetiva dos indivíduos e a importância social que os outros lhe atribuem.

Na sua perspectiva mais radical, a teoria construtivista²⁶ está disposta a considerar que o próprio desejo sexual é construído pela cultura e pela história a partir das energias e capacidades do corpo, não existindo, portanto, a idéia de “impulso” sexual, “pulsão sexual” ou “apetite sexual” essencial e indiferenciado, presente no corpo devido ao funcionamento e sensações fisiológicos. Neste caso, uma questão construtivista importante diz respeito à origem desses impulsos, uma vez que já não se assume que eles sejam intrínsecos, nem talvez necessários. Esta posição certamente contrasta, agudamente, com a teoria construtivista mais moderada, que aceita implicitamente um desejo inerente que é construído em termos de atos, identidade, comunidade e escolha do objeto sexual. O contraste entre as posições moderada e radical deixa claro que os construtivistas têm divergências entre si, e não apenas com aqueles que trabalham segundo as tradições essencialista e da influência cultural. De qualquer modo, a produção de uma literatura construtivista, que apareceu pela primeira

26. Não se sugere neste artigo que as formas mais radicais da teoria da construção social sejam necessariamente as melhores, embora o exercício de desconstruir a sexualidade, uma das categorias mais essenciais, tenha freqüentemente um efeito eletrizante e energizante sobre o pensamento das pessoas. Se tal grau de desconstrução pode ser sustentado de uma maneira plausível, já é outra questão.

vez em meados dos anos 70, vem demonstrando uma habilidade crescente em pensar a sexualidade como uma construção social.

Os modelos de influência cultural da sexualidade, 1920-1990

As abordagens antropológicas convencionais da sexualidade, ao contrário, permaneceram extraordinariamente estáveis de 1920 a 1990. Assim como a sexualidade continuou a ser uma construção não estudada, seus fundamentos teóricos mantiveram-se igualmente inexplorados, não nomeados e implícitos, como se fossem de tal forma inevitáveis e naturais que não poderia haver grande disputa ou escolha a respeito dessa abordagem padrão, generalizada. Por essa razão, quero sugerir a expressão “modelo de influência cultural”, a fim de chamar a atenção para suas características distintivas e incentivar um maior reconhecimento desse paradigma. Neste modelo, a sexualidade é vista como o material básico — uma espécie de massa de modelar — sobre o qual a cultura trabalha, uma categoria naturalizada que permanece fechada à investigação e à análise.

Por um lado, o modelo de influência cultural enfatiza o papel da cultura e do aprendizado na formação do comportamento e das atitudes sexuais, rejeitando formas óbvias de essencialismo e universalização. A variação foi uma descoberta-chave em muitos estudos, em *surveys* transculturais,²⁷ em relatos etnográficos de sociedades singulares cujos costumes sexuais apresentavam um forte contraste com os do leitor euroamericano,²⁸ e em estudos teóricos.²⁹ A

27. C. S. Ford e F. A. Beach, *Patterns of Sexual Behavior*, Nova Iorque, Harper and Row, 1951; L. Minturn et alii, “Culture Patterning of Sexual Beliefs and Behavior”, *Ethnology*, vol. 15, 1976, p. 409; G. J. Broude e S. J. Greene, “Cross-Cultural Codes on Twenty Sexual Attitudes and Practices”, *Ethnology*, vol. 8, 1969, p. 301; J. P. Gray, “Cross-Cultural Factors Associated with Sexual Foreplay”, *Journal of Social Psychology*, vol. 3, 1980; S. G. Fraysser, *Varieties of Sexual Experience: An Anthropological Perspective on Human Sexuality*, New Haven, HRAF Press, 1985.

28. M. Mead, *Coming of Age in Samoa*, Nova Iorque, Morrow, 1923; B. Malinowski, *The Sexual Life of Savage in North-Western Melanesia*, (1ª ed. 1929), Nova Iorque, Halcyon House, 1941; I. Schapera, *Married Life in an African Tribe*, Nova Iorque, Sheridan House, 1941; W. H. Goode-nough, “Premarital Freedom on Truk: Theory and Practice”, *American Anthropologist*, vol. 51, 1949; R. M. Berndt e C. Berndt, *Sexual Behavior in Western Arnhem Land*, Nova Iorque, Viking Fund, 1951; R. A. Levine, “Gussi Sex Offenses: A Study in Social Control”, *American Anthropologist*, vol. 61, 1959; A. Howard e I. Howard, “Premarital Sex and Social Control among the Rotumans”, *American Anthropologist*, vol. 66, 1964; W. Davenport, “Sexual Patterns and their Regulation in a Society of the South West Pacific”, in F. Beach, ed., *Sex and Behavior*, Nova Iorque, Wiley, 1965, p. 164; R. C. Suggs, *Marquesan Sexual Behavior*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and World, 1966; W. A. Lessa, “Sexual Behavior”, in Ulithi: *A Design for Living*, Nova

cultura é vista como fonte de encorajamento ou desencorajamento da expressão de atos, atitudes e relacionamentos sexuais genéricos. Por exemplo, o contato oral-genital pode fazer parte da expressão heterossexual normal em um grupo, mas ser tabu em outro; a homossexualidade masculina pode ser severamente punida em uma tribo, mas tolerada em outra. O trabalho antropológico desse período é caracterizado por uma persistente ênfase na variabilidade.

Por outro lado, embora se pense que a cultura forme a expressão e os costumes sexuais, assume-se — e muitas vezes se afirma bem explicitamente — que o fundamento da sexualidade é universal e biologicamente determinado; na literatura, ela aparece como “pulsão sexual” ou “impulso”.³⁰ Embora capaz de ser modelada, a pulsão é concebida como poderosa, procurando expressar-se depois de seu despertar na puberdade, às vezes indo além das regras sociais e assumindo uma forma nitidamente diferente nos homens e nas mulheres.

O núcleo da sexualidade é a reprodução. Embora a maioria dos relatos antropológicos de modo algum se restrinja a analisar apenas o comportamento reprodutivo, a sexualidade reprodutiva (interpretada como relação heterossexual) parece ser o “feijão-com-arroz” do “cardápio sexual”, enquanto outras formas, tanto heterossexuais como homossexuais, são concebidas como tiragostos, legumes e sobremesas. (Estas metáforas não são incomuns nas narrativas antropológicas.) Os relatos etnográficos e os *surveys* quase sempre seguem um formato de relatório que trata primeiro do “sexo real”, passando depois às “variações”. É visível a escassez de pormenores sobre comportamento não reprodutivo em alguns relatos supostamente sobre a sexualidade: o artigo de Margaret Mead sobre os determinantes culturais de comportamentos sexuais (em um volume maravilhosamente intitulado *Sex and Internal Secretions*)³¹

Iorque, Holt, Rinehardt, Winston, 1966; D. S. Marshall e R. C. Suggs, eds., *Human Sexual Behavior*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, 1972; K. G. Heider, “Dani Sexuality: A Low-Energy System”, *Man*, vol. 11, pp. 188-201, 1976; D. S. Marshall, “Too Much in Mangaia”, in C. Gordon e G. Johnson, eds., *Readings in Human Sexuality: Contemporary Perspectives*, Nova Iorque, Holt, Rinehardt, Winston, 1976, p. 217.

29. A. Goldenweiser, “Sex and Primitive...”, in V. F. Calverton e S. D. Schmalhausen, eds., *Sex and Civilization...*, *op. cit.*; G. Bateson, “Sex and Culture”, *Annals of the New York Academy of Science*, vol. 47, 1947; G. P. Murdock, “The Social Regulation of Sexual Behavior”, in P. H. Hoch e J. Zubin, eds., *Psychosexual Development in Health and Disease*, Nova Iorque, Gruhe e Stratton, 1949, p. 256; J. J. Honigman, “An Anthropological Approach to Sex”, *Social Problems*, vol. 2, 1954; P. H. Gebbard, “Human Sexual Behavior: A Summary Statement”, in C. Gordon e G. Johnson, eds., *Readings in Human Sexuality...*, *op. cit.*, p. 95.
30. O trabalho de Heider sobre os danis é uma exceção no que diz respeito à conceituação de níveis variáveis de energia sexual.
31. M. Mead, “Cultural Determinants of Sexual Behaviors”, in W. C. Young, ed., *Sex and Internal Secretions*, Filadélfia, Williams and Wilkins, 1961, p. 1.433.

segue uma trilha estonteante que inclui gravidez, menstruação, menopausa e lactação, mas muito pouca coisa sobre a sexualidade não reprodutiva ou erotismo. Da mesma forma, um livro mais recente, intitulado *Varieties of Sexual Experience* (1985), dedica quase todas as suas páginas à reprodução, ao casamento e à organização familiar.³²

Dentro do modelo de influência cultural, o termo “sexualidade” abrange uma variedade de tópicos. Seu significado é frequentemente dado como natural, ficando implícito como uma compreensão partilhada entre o leitor e o autor. O rastreamento de seu uso em vários artigos e livros mostra que a sexualidade abrange diferentes elementos: relações sexuais, orgasmo, carícias preliminares, fantasias, histórias e piadas eróticas; as diferenças de sexo e a organização da masculinidade e da feminilidade, bem como as relações de gênero (frequentemente chamadas de papéis sexuais na literatura mais antiga).

Nesse modelo, a sexualidade não só está relacionada ao gênero, mas mistura-se facilmente a ele e muitas vezes nele se funde. Considera-se que a sexualidade, os arranjos de gênero, a masculinidade e a feminilidade sejam conectados, até intercanviáveis. Entretanto, este pressuposto jamais explicita suas conexões culturais e históricas específicas; ao contrário, obscurece-as. A confusão parte de nossas próprias opiniões populares de que (1) o sexo causa o gênero, isto é, as diferenças reprodutivas do macho e da fêmea e o processo de reprodução (estruturado como “sexualidade” e equiparado a ela) dão origem à diferenciação de gênero, e de que (2) o gênero causa o sexo, isto é, as mulheres marcadas pelo gênero constituem o *locus* da sexualidade, do desejo e da motivação sexual. A reprodução e sua organização tornam-se os principais eixos da diferenciação macho/fêmea e do desenvolvimento do sistema de gênero. O gênero e a sexualidade estão inextricavelmente unidos.

Finalmente, o modelo de influência cultural pressupõe que os atos sexuais possuem estabilidade e universalidade em termos de identidade e significado subjetivo. De modo geral, a literatura considera o contato sexual com o gênero oposto como “heterossexualidade” e o contato do mesmo gênero como “homossexualidade”, como se fossem observados fenômenos similares em todas as sociedades em que estes atos ocorrem. Em uma visão retrospectiva, esses pressupostos são curiosamente etnocêntricos, pois os significados atribuídos a esses comportamentos sexuais são os dos observadores e da sociedade industrial e complexa do século XX. Os *surveys* transculturais podem mapear bastante bem esses contatos sexuais com o mesmo sexo e com o outro sexo, ou

32. S. G. Frayser, *Varieties of Sexual...*, *op. cit.*

a freqüência de contato sexual antes do casamento. Mas quando os pesquisadores falam da presença ou ausência de “homossexualidade” ou “permissividade sexual”, transformam levemente o ato ou comportamento sexual em significado e identidade sexuais, deslocamento que desenvolvimentos teóricos posteriores viriam a rejeitar.

Resumindo, o modelo de influência cultural reconhece variações na ocorrência do comportamento sexual e nas atitudes culturais que estimulam ou restringem o comportamento, mas não as reconhece no significado do próprio comportamento. Além disso, os antropólogos que trabalham com essa perspectiva teórica aceitam, sem questionar, a existência de categorias universais como heterossexual e homossexual, sexualidade masculina e feminina, e pulsão sexual.

Apesar de todas essas deficiências, é importante reconhecer os pontos fortes dessa abordagem, particularmente em seu contexto intelectual, histórico e político. O compromisso da Antropologia com a comparação transcultural transformou-a na mais relativista das disciplinas das Ciências Sociais no que diz respeito ao estudo da sexualidade. A descoberta da variação questiona noções dominantes sobre a inevitabilidade ou naturalidade das normas e comportamentos sexuais comuns na América e na Europa, bem como a conexão entre regulação sexual e estabilidade social ou familiar. A variabilidade por ela relatada sugere que a sexualidade humana seria maleável e capaz de assumir formas diferentes. Os trabalhos inseridos nessa tradição da influência cultural minavam teorias mais mecanicistas do comportamento sexual, ainda comuns na Medicina e na Psiquiatria, que sugeriam ser a sexualidade em grande parte uma função do funcionamento fisiológico ou de pulsões instintivas. Começavam a desenvolver um espaço social e intelectual em que era possível considerar a sexualidade como algo que não fosse uma simples função da Biologia.

Embora os trabalhos do modelo de influência cultural tenham contribuído para o desenvolvimento da teoria da construção social, há, sob muitos aspectos, uma forte ruptura entre essas duas formas de conhecimento. Esta diferença não tem sido reconhecida por muitos antropólogos que ainda trabalham dentro dessa primeira perspectiva. Na verdade, muitos parecem considerar erroneamente que esses novos desenvolvimentos são teoricamente compatíveis, até mesmo uma continuação do trabalho anterior. Alguns assimilaram termos ou expressões (como “construção social” ou “construção cultural”) em seus trabalhos, mas suas estruturas analíticas ainda contêm muitos elementos essencialistas não examinados.³³ Não é o caso de o modelo de influência cultural, por reconhecer

33. Uma tentativa diferente de assimilação é encontrada na afirmativa de que o debate entre os essencialistas e os construtivistas sociais sobre a sexualidade seria uma repetição da controvérsia

a variação cultural, ser igual à teoria da construção social. Assim, o modelo de influência cultural já não é o único paradigma antropológico, embora ainda domine o trabalho contemporâneo.³⁴

O desenvolvimento da Antropologia neste século — um movimento geral que se afasta de estruturas biologizadas em busca de perspectivas que são desnaturalizadoras e antiessencialistas — pareceria alimentar a aplicação da teoria da construção social ao estudo da sexualidade. Entretanto, apesar de colocar em questão o estatuto natural e universalizado de muitas áreas, a Antropologia tem excluído a sexualidade da idéia de que as ações humanas têm sido e continuam a estar sujeitas a forças históricas e culturais e, portanto, à mudança.

Uma abordagem da sexualidade segundo a teoria construtivista examinaria seus significados subjetivos, a esfera do comportamento e da ideologia, além de analisar o corpo, suas funções e sensações como potências (e limites), incorporados e mediados pela cultura. A fisiologia do orgasmo e da ereção peniana explica tão pouco o esquema sexual de uma cultura quanto o alcance auditivo do ouvido humano explica a música. A biologia e o funcionamento fisiológico são determinantes apenas nos limites mais extremos, apontando o que é fisicamente possível. Mais interessante para a pesquisa antropológica sobre a sexualidade é mapear o que é culturalmente possível — uma área muito mais extensa. Da mesma forma, a adaptação ecológica e as demandas reprodutivas explicam apenas uma pequena parte da organização sexual, pois a fertilidade adequada para a reprodução e o crescimento da população se alcança com relativa facilidade. O mais importante é que a sexualidade não é adjacente, nem equivalente à reprodução: a sexualidade reprodutiva constitui uma pequena parte do universo sexual mais amplo.

Além disso, essa abordagem da sexualidade também deve problematizar e

natureza-educação. Esta é uma compreensão profundamente errônea da teoria da construção social. Nos debates sobre natureza-educação, os pesquisadores propõem mecanismos biológicos ou culturais alternativos para explicar os fenômenos que observam. Atualmente, a maioria dos observadores concorda que o comportamento humano é produzido por uma complexa interação de fatores biológicos e culturais; eles divergem quanto ao peso relativo que atribuem a cada um desses fatores. Embora possa ser apropriado encontrar alguma semelhança entre os essencialistas e o campo da natureza, é errado equiparar a construção social ao campo da educação. A teoria da construção social não está simplesmente propondo a causalidade cultural. Além disso, e o que é mais importante, ela nos encoraja a desconstruir e examinar o comportamento ou os processos que tanto o campo da natureza como o da educação reificaram e querem "explicar". A construção social sugere que o objeto de estudo merece, pelo menos, tanta atenção analítica quanto o mecanismo causal pressentido.

34. S. G. Frayser, *Varieties of Sexual...*, op. cit.; F. E. Mascia-Lees, eds., "Human Sexuality in Biocultural Perspective", *Medical Anthropology*, vol. 11, 1989.

questionar convicções científicas e populares euro-americanas, em vez de projetá-las sobre outros grupos, o que seria etnocêntrico em qualquer outra área de estudo. Assim, afirmações sobre a força universalmente imperiosa do impulso sexual, a importância da sexualidade na vida humana, o *status* universalmente privado do comportamento sexual ou sua natureza quintessencialmente reprodutiva são apresentadas como hipóteses, e não como pressupostos *a priori*. A Antropologia mostra-se especialmente bem equipada para problematizar essas categorias muito naturalizadas, mas a sexualidade tem sido a última área a ter o seu *status* natural e biologizado questionado. Para muitos de nós, o essencialismo foi a nossa primeira maneira de pensar a sexualidade, e ainda se mantém hegemônico.

A teoria da construção social oferece uma perspectiva radicalmente diferente no estudo da sexualidade, incentivando novas e úteis questões de pesquisa. Sua influência tem aumentado na Antropologia,³⁵ embora os modelos de influência cultural ainda dominem.³⁶ Teria sido possível prever uma competição gradativamente mais intensa entre os paradigmas, possivelmente até uma mudança de paradigma. No entanto, o surgimento da AIDS alterou essa dinâmica.

A AIDS e a pesquisa sobre a sexualidade

A grande preocupação com a AIDS tem aumentado consideravelmente o interesse em financiar e realizar pesquisas sobre a sexualidade. No início da

35. E. Newton, *Mother Camp: Female Impersonators in America*, Chicago, University of Chicago Press, 1979; P. Caplan, ed., *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres, Tavistock, 1987; M. Davis e E. Kennedy, "The Reproduction of Butch-Fem Roles: A Social Constructionist Approach", in C. Peiss e C. Simmons, eds., *Passion and Power...*, *op. cit.*, p. 241; H. Whitehead, "The Bow and the Burden Strap: A New Look at Institutionalized Homosexuality in Native North America", in S. B. Ortner e H. Whitehead, eds., *Sexual Meanings*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981, p. 80; E. Blackwood, ed., *Anthropology and Homosexuality*, Nova Iorque, The Haworth Press, 1986; P. Fry, "Male Homosexuality and Spirit Possession in Brazil", *Journal of Homosexuality*, vol. 11, pp. 137-53, 1985; J. M. Carrier, "Mexican Male Bisexuality", *Journal of Homosexuality*, vol. 11, pp. 75-85, 1985; C. S. Vance, "Negotiating Sex and Gender in the Attorney General's Commission on Pornography", in F. Ginsburg e A. L. Tsung, eds., *Uncertain Terms: Negotiating Gender in American Culture*, Boston, Beacon Press, 1990, p. 118; R. Parker, *Bodies, Pleasures, and Passions: Sexual Culture in Contemporary Brazil*, Boston, Beacon Press, 1991.

36. S. G. Frayser, *Varieties of Sexual...*, *op. cit.*; T. Gregor, *Anxious Pleasures: The Sexual Lives of an Amazonian People*, Chicago, University of Chicago Press, 1985; C. B. Cohen e F. E. Mascia-Lees, "Lasers in the Jungle: Reconfiguring Questions of Human and Non-Human Primate Sexuality", *Medical Anthropology*, vol. 11, 1989; F. E. Mascia-Lees *et alii*, "Investigating the Biocultural Dimensions of Human Sexual Behavior", *Medical Anthropology*, vol. 11, 1989; S. G. Frayser, "Sexual and Reproductive Relationships: Cross-Cultural Evidence and Biosocial Implications", *Medical Anthropology*, vol. 11, 1989; T. Perper, "Theories and Observations on Sexual Selection and Female Choice in Human Beings", *Medical Anthropology*, vol. 11, 1989.

epidemia, os epidemiólogos começaram a incluir, por rotina, baterias de perguntas sobre a frequência e a natureza do comportamento sexual de seus pacientes. Seus problemas de mensuração e conceituação, bem como sua busca vã de dados que levassem a uma direção, salientaram o desamparo científico da pesquisa sobre a sexualidade. Na verdade, o fato de nenhum estudo em grande escala sobre os hábitos sexuais norte-americanos ter sido realizado desde os volumes de Kinsey³⁷ representa agora uma séria dificuldade, que tem como resultado nossa incapacidade de responder até mesmo às perguntas mais básicas. À medida que grupos científicos e formuladores de políticas reconheciam a necessidade dessas informações, recomendavam com insistência aumentos drásticos no empenho de financiamento e pesquisa nos países afetados.³⁸ Embora um passo necessário e positivo sob muitos aspectos, a corrida aos financiamentos possibilita que modelos de sexualidade inadequados, essencialistas e seguidores da teoria da influência cultural sejam revividos e fortalecidos.

A AIDS incentiva que o ressurgimento de abordagens biomédicas da sexualidade possua repetida associação com a doença. A medicalização da sexualidade aumenta à medida que o público recorre às autoridades médicas em busca de informações e conselhos sexuais. Além disso, os pesquisadores biomédicos nas escolas de Medicina e de Saúde Pública estão realizando uma porção significativa da pesquisa sobre sexualidade relacionada com a AIDS.³⁹ Isto assinala uma mudança da tendência geral que se desenvolveu depois da Segunda Guerra Mundial, quando a pesquisa sobre sexualidade se retirou cada vez mais das arenas médicas. Assim, o interesse da Medicina pela sexualidade está

37. A. Kinsey et alii, *Sexual Behavior in Human Male*, Filadélfia, Saunders, 1948; A. Kinsey et alii, *Sexual Behavior in the Human Female*, Filadélfia, Saunders, 1953.

38. C. F. Turner et alii, eds., *AIDS: Sexual Behavior and Intravenous Drug Use*, Committee on AIDS Research and the Behavioral, Social and Statistical Sciences National Research Council, Washington, D.C., National Academy Press, 1989, cap. 2; W. Booth, "Asking America about its Sex Life", *Science*, vol. 242, 20/11/1989; W. Booth, "WHO Seeks Global Data on Sexual Practices", *Science*, vol. 244, 28/4/1989.

39. Isto não quer dizer que a pesquisa não esteja sendo realizada por cientistas sociais fora das instituições médicas, nem que os cientistas sociais também não contribuam para estudos implementados nas Escolas de Medicina, ainda que geralmente desempenhando um papel secundário. Entretanto, o simples número de inquéritos populacionais com orientação biomédica, ao lado do tamanho considerável de suas amostras e orçamentos, ameaça ofuscar e suplantará a pesquisa da sexualidade realizada por investigadores com uma orientação menos biomédica. Além disso, atribui-se mais aos médicos do que aos cientistas sociais autoridade para falar sobre o corpo. Diante disso, as perspectivas cada vez mais essencialistas, que estruturam a sexualidade em relação à AIDS como uma questão corporal, irão aumentar automaticamente a legitimidade das vozes e dos textos médicos.

se expandindo para novas áreas que vão além das especialidades em que ficava tradicionalmente confinada: doenças sexualmente transmissíveis, obstetrícia e ginecologia, e psiquiatria.

Esse desenvolvimento apresenta vários perigos. As abordagens biomédicas freqüentemente consideram a sexualidade como um derivativo da fisiologia e encaram o corpo como possuindo um funcionamento supostamente universal. Os modelos biomédicos tendem a ser os que menos refletem sobre a influência da ciência e da prática médica na construção de categorias como “corpo” e “saúde”. As abordagens construtivistas são virtualmente desconhecidas, e a idéia de que a sexualidade varia com a cultura e a história é expressa, na melhor das hipóteses, via modelos primitivos de influência cultural. É limitado o reconhecimento de que a sexualidade tem uma história e que suas definições e significados mudam com o tempo e no interior das populações. Na pesquisa de base biomédica, a confiança nos instrumentos de levantamento e em dados facilmente quantificados aumenta a tendência de priorizar o cômputo dos atos, em detrimento da exploração dos significados. Esses levantamentos têm freqüentemente equiparado identidades sexuais a atos sexuais, por exemplo, e tratado os “homens gays” e os “heterossexuais” como categorias não problematizadas. Além disso, o elevado *status* dos médicos no século XX e seu pertencimento a grupos privilegiados de raça, gênero e classe resultaram historicamente em alianças estreitas com as ideologias dominantes, inclusive a sexual. Se esse padrão persistir, é igualmente improvável que tomem conhecimento das subculturas e sensibilidades sexuais marginais ou que se mostrem sensíveis a esses fenômenos.

Estruturar a pesquisa sexual dentro de um modelo biomédico e da perspectiva da doença também ameaça repatologizar a sexualidade. Isto promete fazer a sexualidade voltar à posição que ocupava no final do século XIX e começo do XX, quando sua discussão pública era em grande parte motivada pela e circunscrita à doença venérea, prostituição e masturbação. Apesar de tratarem ostensivamente da saúde e da doença, essas discussões públicas, estruturadas por especialistas médicos, eram implicitamente discussões sobre moralidade, gênero e ordem social. Esse perigo é intensificado pelo respeito atribuído à Medicina e à ciência, e pela opinião pública muito difundida de que a ciência não contém valores. A expansão de um discurso supostamente objetivo e livre de valores sobre a sexualidade organizado sob a máscara da saúde abre caminho para o aumento das intervenções governamentais e de profissionais da área.

A ênfase conferida aos *gays* e a seu comportamento sexual nas primeiras fases da epidemia constitui um desvio abrupto da desatenção que sempre mereceram os grupos sexuais secundários. No entanto, essa atenção salienta

sua “diferença” de um modo que lembra os modelos patológicos da homossexualidade no século XIX,⁴⁰ enfatizando a naturalidade da identidade e reforçando a dicotomia aguda entre heterossexualidade e homossexualidade. Essa diferença está se expandindo, pois começa a envolver outros grupos estigmatizados que correm o risco de contrair AIDS, como os usuários de drogas intravenosas, seus parceiros e mulheres de minorias nos centros das cidades, recorrendo a estereótipos que têm ressonâncias históricas e culturais.⁴¹

O perigo apresentado pelo aumento de financiamentos para a pesquisa sobre sexualidade relacionada à AIDS não fica restrito à biomedicina. Dentro da Antropologia, é improvável o retorno dos modelos essencialistas; entretanto, a área pode sofrer o impacto de abordagens cada vez mais biomédicas da sexualidade em trabalhos interdisciplinares realizados em ambientes médicos. E o mais importante: é provável que o aumento de financiamentos e das demandas urgentes de pesquisa reforcem os modelos de influência cultural da sexualidade, à medida que um número cada vez maior de antropólogos seja levado a trabalhar sobre AIDS.⁴²

A maior parte deles parece ser antropólogos médicos ou especialistas nas áreas geográficas afetadas, sem treinamento especializado em sexualidade. Enquanto antropólogos, pode-se ter confiança que trarão consigo uma expectativa da diversidade humana, uma sensibilidade ao etnocentrismo e um respeito pelo papel da cultura na formação do comportamento, inclusive da sexualidade. Mas é precisamente aí que reside o problema, pois essas perspectivas vão reinventar o modelo de influência cultural como a abordagem antropológica de bom senso para a sexualidade. Os antropólogos novatos na pesquisa em sexualidade podem facilmente pensar que, por reconhecer a variação cultural, sua abordagem baseada na influência cultural seria idêntica à teoria da construção social. Suas comparações com trabalhos realizados a partir de abordagens mais biologizadas e biomédicas, particularmente nas culturas não ocidentais,

40. M. Gever, “Pictures of Sickness: Stuart Marshall’s *Bright Eyes*”, in D. Crimp, ed., *AIDS: Cultural Analysis, Cultural Activism*, Cambridge, MIT Press, 1989.

41. S. L. Gilman, *Disease and Representation: Images of Illness from Madness to AIDS*, Ithaca, Cornell University Press, 1988.

42. D. A. Feldman D. A. e T. M. Johnson, *The Social Dimension of AIDS: Method and Theory*, Nova Iorque, Praeger, 1986; E. M. Gorman, “The AIDS Epidemic in San Francisco: Epidemiological and Anthropological Perspectives”, in C. James et alii, eds., *Anthropology and Epidemiology*, Dordrecht, Reidel, 1986, p. 157; M. C. Bateson e R. Goldsby, *Thinking AIDS: The Social Response to Biological Threat*, Reading, Mass., Addison-Wesley, 1988; R. Bolton, “The AIDS Pandemic: A Global Emergency”, *Medical Anthropology*, nº 10 (número especial), 1989; P. A. Marshall e L. A. Bennett, eds., “Culture and Behavior in the AIDS Epidemic”, *Medical Anthropology Quarterly*, vol. 4 (número especial), 1990.

farão com que os modelos de influência cultural pareçam avançados, até mesmo motivo de orgulho.

Em todas as áreas, o reconhecimento tardio de graves lacunas no conhecimento sobre o comportamento sexual pode enfatizar a importância dos dados comportamentais, que parecem mais facilmente mensuráveis do que a fantasia, a identidade e o significado subjetivo. Os dados comportamentais prestam-se a uma quantificação fácil, encaixando-se nos vieses metodológicos das ciências sociais positivistas. Em meio a uma epidemia, os pesquisadores pressionam por resultados rápidos, e rejeitam o tempo, a paciência e a tolerância com as incertezas que as técnicas etnográficas e desconstrutivas parecem requerer.

Apesar dessas tendências que reforçam as abordagens biologizadas e de influência cultural, o quadro permanece complexo e contraditório. As investigações, inspiradas pela AIDS, sobre a realidade do mundo sexual das pessoas já revelaram discrepâncias entre as ideologias sobre a sexualidade e a experiência vivida. As contradições aumentam exponencialmente em outros contextos culturais. Essas lacunas existem em muitas áreas, mas são particularmente persistentes em relação aos sistemas classificatórios, à identidade, à congruência entre comportamento e autodefinição sexuais, ao significado dos atos sexuais e à estabilidade da preferência sexual. Tais inconsistências apontam para a utilidade da teoria da construção social e têm estimulado novos trabalhos na Antropologia.⁴³ De forma bastante semelhante ao que aconteceu nos primórdios da história gay, os pesquisadores sobre a sexualidade e a AIDS talvez venham a se confrontar com as limitações de seus modelos, produzindo trabalhos imaginativos e provocadores.

Além disso, o fenômeno do “sexo seguro” tem enfatizado os aspectos culturalmente maleáveis do comportamento sexual. A campanha do sexo seguro organizada pela comunidade gay americana, certamente uma das campanhas de saúde pública mais comoventes e eficientes já registradas, deixou

43. R. Parker, “Acquired Immunodeficiency Syndrome in Urban Brazil”, *Medical Anthropology Quarterly*, vol. 1, pp. 155-75, 1987; S. O. Murray e K. Payne, “The Social Classification of AIDS in American Epidemiology”, *Medical Anthropology*, vol. 10, pp. 115-28, 1989; J. M. Carrier, “Sexual Behavior and the Spread of AIDS in Mexico”, *Medical Anthropology*, vol. 10, pp. 129-42, 1989; M. Singer, *et alii*, “SIDA: The Economic, Social and Cultural Context of AIDS among Latinos”, *Medical Anthropology Quarterly*, vol. 4, pp. 72-114, 1990; S. Kanc, “AIDS, Addiction and Condom Use: Sources of Sexual Risk for Heterosexual Women”, *Journal of Sex Research*, vol. 27, pp. 427-44, 1990; M. Asencio, “Puerto Rico Adolescents Playing by the Rules”, trabalho apresentado na reunião anual da American Anthropological Association, 1990; W. G. Hawkeswood, “‘I’m a Black Gay Man who Just Happens to Be Gay’: The Sexuality of Black Gay Men”, trabalho apresentado na reunião anual da American Anthropological Association, 1990.

claro que os atos sexuais só podem ser compreendidos em um contexto cultural e subcultural, e que uma consideração cuidadosa do significado e do simbolismo permite a possibilidade de mudança, até mesmo para os adultos.⁴⁴ A liderança e a participação consciente dos homens *gays* nessa campanha, bem diferente da apresentada pelos especialistas médicos, sugere que os indivíduos participem ativamente da criação e da mudança dos significados culturais e eróticos, particularmente quando há um interesse em jogo. As campanhas do sexo seguro revelam agentes sexuais ativos que têm consciência de seu universo simbólico e são capazes de manipulá-lo e recriá-lo, em lugar de receberem passivamente uma socialização sexual estática.

As mobilizações políticas e simbólicas em torno das dimensões e significados sexuais da AIDS por parte de diversos grupos também contradizem a noção de que a sexualidade e seu significado derivam simplesmente do corpo, interpretado de modo fácil e imutável. Entretanto, vários grupos apresentam interpretações da AIDS e de seu significado sexual como lições a serem lidas na natureza e no corpo.⁴⁵ A multiplicidade de lições competitivas e a luta feroz para ver que interpretação prevalecerá sugerem que o significado sexual é uma área veementemente disputada, até mesmo política. O fato de setores dominantes, particularmente o Estado, a religião e os grupos profissionais, exercerem uma influência desproporcional sobre o discurso sexual, não significa que suas visões sejam hegemônicas, nem que não sejam questionadas por outros grupos. Também não significa que os grupos marginais só respondam reativamente e não criem suas próprias subculturas e mundos de significado.

No meio da criação de novos discursos sobre a sexualidade, é crucial que

44. C. Patton, *Sex and Germs*, Boston, South End Press, 1985; D. Altman, *AIDS in the Mind of America: The Social, Political and Psychological Impact of a New Epidemic*, Nova Iorque, Anchor Press/Doubleday, 1986; D. Crimp, ed., *AIDS: Cultural Analysis, Cultural Activism*, Cambridge, MIT Press, 1989; S. Watney, *Policing Desire: Pornography, AIDS, and the Media*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987.

45. C. Patton, *Sex and Germs...*, *op. cit.*; D. Altman, *AIDS in the Mind...*, *op. cit.*; S. Watney, *Policing Desire...*, *op. cit.*; J. Z. Grover, "AIDS: Keywords", in D. Crimp, ed., *AIDS: Cultural Analysis...*, *op. cit.*, p. 17; P. A. Treichler, "AIDS, Homophobia and Biomedical Discourse: An Epidemic of Signification", in D. Crimp, ed., *AIDS: Cultural Analysis...*, *op. cit.*, p. 31; S. Gilman, "AIDS and Syphilis: The Iconography of Disease", in D. Crimp, ed., *AIDS: Cultural Analysis...*, *op. cit.*, p. 87; S. Watney, "The Spectacle of AIDS", in D. Crimp, ed., *AIDS: Cultural Analysis...*, *op. cit.*, p. 71; P. A. Treichler, "AIDS, Gender, and Biomedical Discourse: Current Contexts for Meaning", in E. Fee e D. M. Fox, eds., *AIDS: The Burden of History*, Berkeley, University of California Press, 1988, p. 190; A. Juhasz, "The Contained Threat: Women in Mainstream AIDS Documentary", *Journal of Sex Research*, vol. 27, pp. 25-46, 1990; J. Williamson, "Every Virus Tells a Story: The Meanings of HIV and AIDS", in E. Carrier e S. Watney, eds., *Taking Liberties: AIDS and Cultural Politics*, Londres, Serpents Tail, 1989, p. 69.

nos conscientizemos de como eles são criados e de nossa própria participação neste processo. Os antropólogos têm muito a contribuir para a pesquisa em sexualidade. A nova situação gerada pela AIDS em relação a essa pesquisa está impregnada de possibilidades: trabalhar sobre as questões desafiadoras que a teoria da construção social tem levantado ou recair nos modelos essencialistas e de influência cultural. Os interesses não são pequenos — para a pesquisa em sexualidade, para o trabalho aplicado na educação e prevenção da AIDS, para as políticas sexuais, para a vida humana. Se este é o momento em que a Antropologia “redescobre” o sexo, devemos considerar duas questões: quem vai realizar a investigação? O que seremos capazes de perceber? Precisamos ser explícitos sobre nossos modelos teóricos, atentos à sua história e conscientes de nossa prática.

RESUMO

A Antropologia Redescobre a Sexualidade: Um Comentário Teórico

Apesar da reputação de ser aberta à pesquisa sobre a sexualidade, a Antropologia como disciplina só relutantemente tem dado apoio a esse trabalho. A pesquisa e a teoria antropológicas desenvolveram-se lentamente, partilhando um paradigma teórico estável (o modelo de influência cultural) desde os anos 20 até os 90. Embora fosse além das estruturas determinista e essencialista ainda comuns na biomedicina, o trabalho antropológico ainda assim considerava aspectos importantes da sexualidade como universais e transculturais. A teoria da construção social propôs um desafio aos modelos antropológicos tradicionais, e a partir de 1975 tem sido responsável por uma explosão de trabalhos inovadores sobre a sexualidade, tanto na Antropologia como em outras disciplinas. As origens e implicações teóricas da teoria construtivista são investigadas. A competição cada vez maior entre a influência cultural e os paradigmas construtivistas foi alterada pelo surgimento da AIDS e do subsequente apoio mais substancial para a pesquisa sobre a sexualidade. Por um lado, a expansão do financiamento às pesquisas ameaça fortalecer os modelos essencialistas em contextos biomédicos e os modelos de influência cultural na Antropologia. Por outro, as complexidades e as ambigüidades inerentes à sexualidade estudada podem revelar a força das abordagens construtivistas e estimular o desenvolvimento da pesquisa e da teoria na Antropologia.

ABSTRACT

Anthropology Rediscovered Sexuality: A Theoretical Comment

Despite its reputation for openness to research on sexuality, anthropology as a discipline has only reluctantly supported such work. Anthropological research and theory developed slowly, sharing a stable theoretical paradigm (the cultural influence model) from the 1920s to the 1990s. Moving beyond determinist and essentialist frameworks still common in biomedicine, anthropological work nevertheless viewed important aspects of sexuality as universal and transcultural.

Social construction theory has offered a challenge to traditional anthropological models and has been responsible for a recent burst of innovative work in sexuality, both in anthropology and in other disciplines, since 1975. The theoretical roots and implications of constructionist theory are explored.

The intensifying competition between cultural influence and constructionist paradigms has been altered by the appearance of AIDS and the subsequent increased support to: research on sexuality. On the one hand, the expansion in funding threatens to strengthen essentialist models in biomedical contexts and cultural influence models in anthropology. On the other hand, the complexities and ambiguities inherent in the sexuality under study may both reveal the strengths of constructionist approaches and spur the development of research and theory in anthropology.

RÉSUMÉ

L'anthropologie Redécouvre La Sexualité: Un Document Théorique

Malgré la réputation d'être ouverte à la recherche sur la sexualité, l'Anthropologie offre son appui à ce travail avec résistance. La recherche et la théorie anthropologique se sont développées lentement en partageant un modèle théorique stable (le modèle d'influence culturelle) dès les années 20 jusqu'aux années 90. Bien que cela soit au-delà des structures déterministe et essentialiste encore fréquentes dans la Biomédecine, le travail anthropologique considérait les aspects importants de la Sexualité comme universaux et transculturels. La théorie de la construction sociale a proposé un défi aux modèles anthropologiques traditionnels et, dès 1975, elle est responsable par une explosion de travaux novateurs sur la sexualité, dans l'Anthropologie et d'autres disciplines. Les

origines et les implications théoriques de la théorie constructiviste sont investiguées. La compétition, chaque fois plus grande entre l'influence culturelle et les paradigmes constructivistes se sont altérés avec l'avènement du Sida et du subséquent appui substantiel à la recherche sur la sexualité. D'un côté, l'expansion financière aux recherches menace consolider les modèles essentialistes dans les contextes biomédicales et les modèles d'influence culturelle dans l'Anthropologie. D'un autre côté, les complexités et les ambiguïtés inhérentes à la sexualité peuvent annoncer la force des abordages constructivistes et stimuler le développement de la recherche et de la théorie dans l'Anthropologie.